

Pacto terá negociação iniciada

A contrapartida do sinal verde do Fundo Monetário ao programa econômico deverá ser uma dose maior de austeridade na área interna. Os assessores econômicos da Fazenda ressaltam que nas próximas semanas serão intensificadas as negociações com representantes de toda a sociedade para tentar implementar o pacto social. Entretanto, desde já está em destaque uma premissa: o Governo não pretende permitir reajustes salariais nos níveis concedidos no ano passado. O parâmetro com o qual se trabalhará será o crescimento do Produto Interno Bruto.

O ministro Funaro considera que reajustes de até 15 por cento acima da inflação, conforme ocorreu no ano passado, principalmente com as classes de trabalhadores melhores organizados sindicalmente, estão fora de cogitação, simplesmente porque pressionaria excessivamente a demanda. Ele acha que o poder de compra dos salários continuará mantido com a manutenção do crescimento econômico acrescido da nova política fiscal, que deixou de cobrar imposto compulsório dos assalariados para ser devolvido 18 meses depois com correção monetária.

No Ministério da Fazenda, as reivindicações feitas pelos trabalhadores vinculados à Central Única dos Trabalhadores já estão sendo o prato de toda hora. Reajustes trimestrais, salário-desemprego, redução da jornada de trabalho, reajuste real para o salário mínimo e congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessida-

O Governo poderá negociar a redução da jornada para 40 horas, o reajuste real do salário mínimo, mas não está disposto a conceder a principal reivindicação dos trabalhadores, a trimestralidade, por considerá-la inflacionária, e o salário-desemprego, pois considera que

haveria pressão forte sobre o déficit público. Não está afastado, porém, totalmente, a concessão do salário-desemprego que poderia ser negociado em proporção reduzida.

O maior receio do Governo são os interesses políticos que estão predominando nas discussões no meio sindical. No ano da Constituinte, os partidos ligados tanto à Central Única dos Trabalhadores (CUT) como à Coordenação das Classes Trabalhadoras (Conclat). Todos buscam marcar posições na disputa pelo eleitorado e as reivindicações trabalhistas são o instrumento que consideraram indispensável.

Nem mesmo as divergências entre as duas centrais sindicais estão convencendo o Governo das possibilidades concretas de formalização do pacto. Apesar de ambas discordarem entre si quanto à realização de uma greve geral — a CUT promete greve, mas a Conclat discorda —, em relação às reivindicações bases não há maiores discordâncias, como a trimestralidade, o reajuste real do salário mínimo e o salário-desemprego.

As dificuldades para convençer os empresários ao pacto também não serão menores. Estes estão argumentando que sua participação no pacto depende do esforço do Governo em segurar seus gastos. A promessa oficial de conceder reajustes acima da inflação para as tarifas públicas é considerada um empecilho. Nesse ponto já começa a surgir divergências entre os Ministérios do Planejamento e Fazenda sobre o reajuste dos preços públicos.

EUA reúnem endividados

Uma nova etapa na discussão em torno do Plano Baker, que propõe empréstimos da ordem de 29 bilhões de dólares para os países endividados do Terceiro Mundo, começa amanhã em Washington, quando o secretário-adjunto do Tesouro americano, Mul Fort, reúne representantes do Brasil, México, Venezuela e Argentina para analisar as possibilidades do plano. Dentro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Pelo Brasil, tomará parte das discussões o secretário-adjunto do Ministério do Planejamento, Andreato Sandro Calabi, que também tentará junto ao Banco Mundial, aumentar os desembolsos da instituição em 86, passando de 1,5 bilhão para 2 bilhões de dólares com 600 milhões de dólares destinados a programas no setor agrícola. De acordo com Calabi, a iniciativa do Plano Baker é ainda insuficiente para atender às necessidades financeiras dos maiores devedores.